



[Edison Silva](#)

[Diário do Nordeste](#)

[todos os blogs](#)

Busca

Palavra:

[Deputados pedem vistas de mensagem que cria secretaria adjunta à Seinfra](#)

Publicado em 20/05/2015 - 8:09 por [Alan Barros](#) | [Comentar](#)

Categorias : [Assembleia Legislativa](#)

- +1 < 0
- Tweetar < 0
- Recomendar < 0
- Enviar para o Kindle



A matéria tramita em regime de urgência, mas conforme informou o vice-líder do Governo, deputado Júlio César Filho (PTN), ela poderá ser votada somente na próxima semana Foto: José Leomar

Por Miguel Martins

Os deputados Evandro Leitão (PDT) e Audic Mota (PMDB) pediram vistas da mensagem do Governo do Estado que trata da criação da secretaria adjunta que será ligada à Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) e terá como finalidade realizar estudos para viabilidade de energias renováveis no Estado. O líder do PMDB na Casa questionou um dos artigos da matéria que trata sobre mudanças nas atividades realizadas por técnicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce).

A proposta ainda restabelece as competências da Secretaria do Meio Ambiente (Semace), criada em março passado, cujas atribuições foram extintas quando o governador Camilo Santana vetou um artigo da Reforma Administrativa, visto uma emenda apresentada pelo deputado Renato Roseno (PSOL). A matéria tramita em regime de urgência, mas conforme informou o vice-líder do Governo, deputado Júlio César Filho (PTN), ela poderá ser votada somente na próxima semana devido ao pedido de vistas em conjunto.

A matéria redefine as competências da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria de Meio Ambiente (Semace), e segundo garante Júlio César, não vai gerar qualquer despesa, ainda que preveja a criação do cargo de secretário adjunto. Outros nove cargos comissionados serão extintos quando da aprovação da matéria.

No âmbito da Seinfra, o projeto prevê a criação de secretaria adjunta para o desenvolvimento da geração de fontes de energia elétrica convencional e renovável, criando o cargo de secretário adjunto. A proposta permite intercâmbio de servidores da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Ceará para cargos de chefia nas coordenações das secretarias do Estado, e foi este ponto contestado pelo deputado do PMDB, que quer averiguar a legalidade da matéria.

“Essa mensagem cria a secretaria adjunto pra tratar de energias renováveis, como a solar, eólica e até mesmo a hidráulica, visto que o Ceará já tem potencial grande e precisava criar uma secretaria adjunta dentro da Seinfra para poder gerir as energias e ter atribuições de secretário adjunto”, explicou Júlio César Filho.

Audic Mota achou estranho o artigo que trata sobre a Arce, que diz que a partir de aprovada a mensagem, os técnicos do órgão ficam autorizados a exercerem cargos de nível de diretor e presidente autárquico no poder público. Atualmente, só são autorizados a exercerem esses cargos apenas aqueles de nível de secretário, executivo e adjunto.

“A matéria vem para abranger os trabalhos dos técnicos, que são impossibilidades porque não podem assumir esses cargos. O artigo diz que tem que ser em função do que eles já fazem na Arce. O deputado Audic pediu só para ver a constitucionalidade. Mas eu entendo que o Governo quer apenas que os técnicos melhorem mais ainda o trabalho deles”, explicou o vice-líder.

O parlamentar explicou ainda que o pedido de vistas pode durar até 48 horas, e destacou que a proposta, que tramita em regime de urgência, pode ser votada amanhã, caso haja consenso e o presidente suspenda a sessão da quinta-feira para que a comissão de Constituição e Justiça discuta a matéria. Do contrário, ela ficará apenas para a próxima semana, o que segundo ele, não trará prejuízo para a matéria.

Na sessão de ontem, iniciou tramitação um projeto de Lei do Governo do Estado que trata sobre a implantação do Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos, o ITCD. Com a proposta, o Governo passa a ter competência legislativa no sentido de estabelecer a cobrança do imposto na transmissão de bens, títulos e créditos em que o doador resida ou tenha domicílio no exterior, assim como no caso do mesmo possuir bens, ter sido residente ou domiciliado fora do País, desde o donatário, o herdeiro ou o legatário sejam aqui domiciliados.

De acordo com a mensagem do Governo, a proposta visa suplantiar dificuldades geradas em Lei Estadual que dificultavam a cobrança do crédito tributário, “transformando em realidade a individualização das cotas do imposto, nos tempos já previstos no Código Tributário Nacional (CTN)”.

Tags: [Audic Mota](#), [Evandro Leitão](#), [mensagem](#), [secretaria adjunta](#)

Comentários

Nome (obrigatório)

E-mail (não será divulgado) (obrigatório)

Site

Comentário

Assine nosso RSS

[Receba nossas atualizações em tempo real através do RSS.](#)

Autores

- [Alan Barros](#)
- [Edison Silva](#)
- [Equipe Blog Política](#)
- [Lorena Alves](#)
- [Miguel Martins](#)
- [Suzane Saldanha](#)
- [Yohanna Pinheiro](#)

Páginas

Posts recentes

- [Deputados batem boca em discussão sobre CPIs](#)
- [Vereadores já conversam sobre disputa de 2016](#)
- [Deputados pedem vistas de mensagem que cria secretaria adjunta à Seinfra](#)